

## A VILLA ROMANA DOS BARROS — OLEDO PRIMEIRA NOTÍCIA\*

*Rogério Carvalho e Madalena Costa Cabral*

### INTRODUÇÃO

Na última quinzena de Outubro de 1985, quando se procedia a trabalhos agrícolas no sítio denominado “Cabeço dos Mouros”, na propriedade dos Barros, foram postos a descoberto diferentes elementos de estruturas de construção de um edifício atribuível ao período romano. Face à importância do achado, a direcção do então denominado Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, decidiu proceder à intervenção de campo, com carácter de emergência, tendo entregue a direcção dos trabalhos aos signatários do presente artigo (1).

### LOCALIZAÇÃO

O sítio dos Barros localiza-se, administrativamente, na freguesia de Oledo, concelho de Idanha-a-Nova, no distrito de Castelo Branco.

Conhecido localmente por “Cabeço dos Mouros”(2), a estação arqueológica ocupa parcialmente dois prédios rústicos, pertencentes respectivamente, ao senhor António Mendes, residente em S. Miguel de Acha, e ao Dr. Manuel Baleiras, residente em Oledo.

Situado na margem esquerda da Ribeira da Caniça, a implantação do edifício veio a ter lugar no cimo de uma colina, com exposição franca a Sul e a Nascente (Fig. 1). A altimetria do lugar oscila entre os 372 e os 368 metros, em valores aproximados.

Actualmente, o revestimento vegetal é constituído por olival, de implantação recente; as espécies arbóreas espontâneas, com predominância para os carvalhos, exercem papel de reforço dos muros que delimitam os prédios. Os solos, como o topónimo indica, são constituídos por argilas assentes sobre o soco granítico, que, por vezes, aflora em maciços de volumetria variável.

---

(\*) Texto da comunicação apresentada nas Primeiras Jornadas de Arqueologia da Beira Interior, realizadas em Castelo Branco e na Guarda em Maio de 1991.

(1) À data, em regime de requisição no Serviço Regional de Arqueologia da Zona Centro, no desempenho de funções técnicas.

(2) As coordenadas hectométricas (Gauss) do lugar: M-273,1; P-335,8 (H 731 358), folha n° 269, S. Miguel de Acha, Carta Militar esc.: 1:25.000.

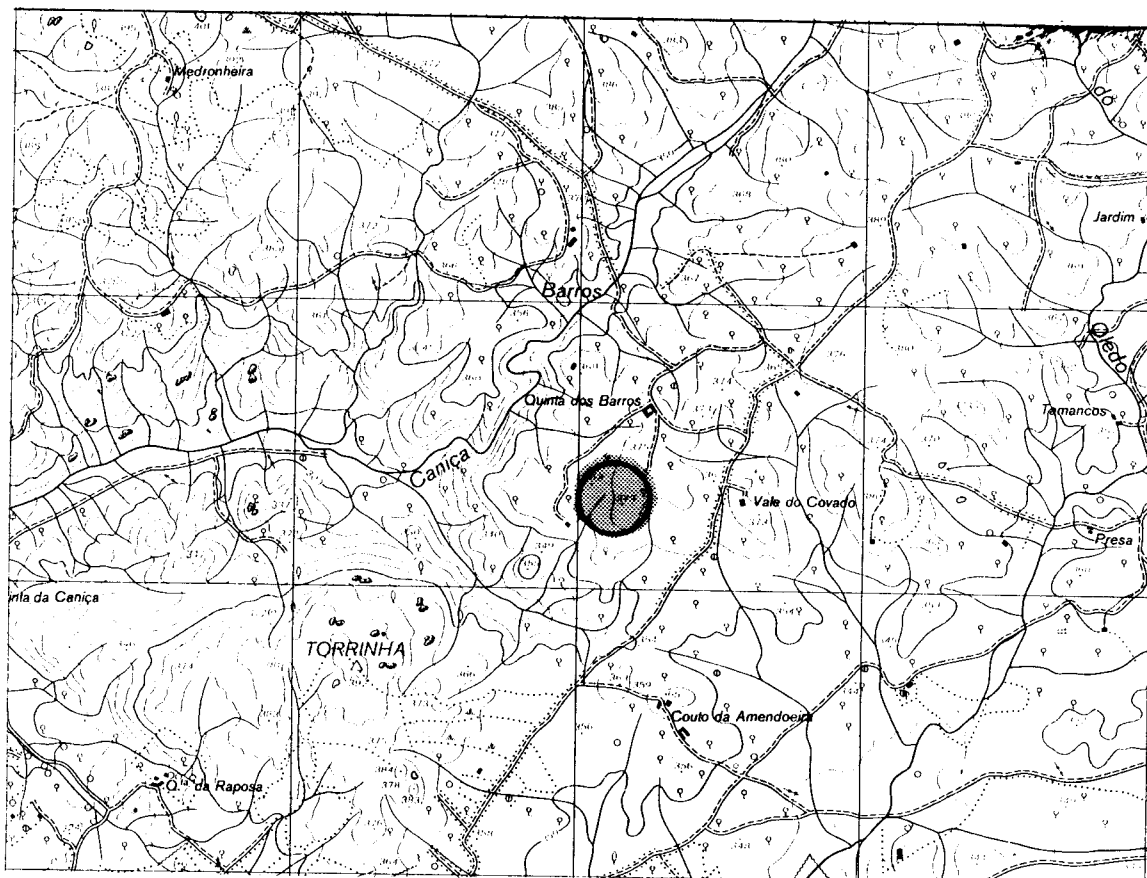


Fig. 1 — Localização da estação arqueológica dos Barros, na Carta Militar de 1:25.000, folha nº 269.

### TRABALHOS E PUBLICAÇÕES

O facto de ter constituído um achado recente, não significa que o local não tivesse sido anteriormente referenciado. Em Outubro de 1979, no Primeiro Colóquio de História e Arqueologia do Concelho de Penamacor, foi apresentada uma comunicação que lhe fazia breve referência (FREIRE, 1982: 183-184). A notícia do achado foi, de imediato, objecto de três artigos do mesmo autor, publicados em órgãos da imprensa regional<sup>(3)</sup>.

Posteriormente, e já em fase adiantada do percurso dos trabalhos, a imprensa regional veio manifestar, de novo, o seu interesse pela estação, publicando algumas notícias sobre o assunto<sup>(4)</sup>.

A bibliografia não é, por força das circunstâncias, extensa. Excluindo as informações tratadas pela imprensa<sup>(5)</sup>, há apenas a referir uma breve nota sobre os mosaicos da villa (OLEIRO, 1986: 112), e uma menção, igualmente breve, no Inventário do Portugal Romano<sup>(6)</sup>, de que é autor o professor doutor Jorge de Alarcão (ALARCÃO, 1988-b: 74).

<sup>(3)</sup> Consultem-se os seguintes artigos da autoria de J. Gerales FREIRE:

- Estação arqueológica em S. Miguel de Acha, *Reconquista*, Castelo Branco, 15.11.85;
- Achados arqueológicos em S. Miguel de Acha, *Diário de Aveiro*, Aveiro, 07.02.86;
- Achados arqueológicos em S. Miguel de Acha, *Diário de Coimbra*, Coimbra, 07.02.86.

<sup>(4)</sup> As reportagens não aparecem assinadas, pelo que nos limitamos ao enunciado dos respectivos títulos:

- Villa romana apareceu perto de Oledo, *Reconquista*, Castelo Branco, ano XLIV, nº 2256, de 09/06/89;
- Villa romana em Oledo, *Reconquista*, Castelo Branco, ano XLIV, nº 2263, de 28/07/89;
- Escavações arqueológicas numa villa romana em Idanha-a-Nova, *Jornal do Fundão*, nº 2236, de 30/06/89.

<sup>(5)</sup> Os resumos dos *Relatórios de Trabalhos de Escavação*, referentes aos anos de 1988 e 1989, aguardam publicação na *Informação Arqueológica*.

<sup>(6)</sup> As informações foram fornecidas pelo S.R.A.Z.C., e constam sob o número de inventário 4/460.

## METODOLOGIA

Os trabalhos de campo foram sendo realizados ao longo de duas campanhas. A primeira, iniciada a 26 de Abril de 1988, ficou concluída em 5 de Agosto. A segunda, em 1989, igualmente com três meses de duração, teve o seu início a 2 de Maio.

A sua concretização ficou a dever-se ao apoio de diferentes entidades<sup>(7)</sup>, que, enquadradas na acção desencadeada pelo Serviço Regional de Arqueologia, tornaram viável o projecto de intervenção.

Este projecto delinea objectivos bem determinados: tratava-se de proceder à delimitação da área da estação arqueológica, bem assim como à limpeza das estruturas já postas a descoberto; avaliar os estragos causados nessas mesmas estruturas e dar início à escavação, com vista ao correcto reconhecimento dos tipos de construção existentes e respectivos períodos de fundação, ocupação, remodelação e abandono.

Do ponto de vista metodológico, procedeu-se à implantação, no terreno, de um eixo de orientação Norte-Sul cartográfico, articulado com a rede geodésica nacional, a que se seguiu o respectivo levantamento topográfico, na escala de 1:200, com as curvas de nível assinaladas por equidistâncias de 0,50 metros.

O ponto-base, designado por “Estação Ø”, na cota dos 372,12 metros, serviu de ponto de referência para todo o trabalho de altimetria, tendo servido igualmente para a implantação, ao nível do solo, de uma quadrícula de 5 metros de lado, coordenada por um sistema de referências numéricas, segundo o eixo de orientação Este/Oeste, e alfabéticas, segundo o eixo Norte/Sul.

Na quadrícula obtida, inscreveram-se quadrados menores, de 4 metros de lado, tendo ficado como testemunhos, e simultaneamente como zonas de circulação, as “banquettes” Norte e Este, com a largura de 1 metro<sup>(8)</sup>.

A regularidade desta quadrícula foi, por vezes, quebrada pela necessidade de não afectar as árvores ali existentes, dado ter sido esse um dos pontos acordados com os respectivos proprietários<sup>(9)</sup>.

Para a concretização dos objectivos propostos, foram criadas duas frentes de intervenção:

- Sector A: corresponde à área de evidente implantação de estruturas;
- Sector B: corresponde à delimitação periférica da estação.

Utilizou-se o método de decapagens sucessivas, segundo planos horizontais, sendo a estratigrafia vertical facultada pelos perfis das “banquettes”. Em determinados quadrados, quando a situação o exigiu, e após conveniente registo, foram eliminadas algumas destas.

## ESTRATIGRAFIA

A estratigrafia da estação arqueológica, não evidencia grande complexidade. Para tal contribui a reduzida potência dos solos, que só em casos pontuais ultrapassa os 60/65 cm., assim como o facto de não se ter verificado qualquer ocupação posterior à derrocada do edifício.

Assim, no Sector A, observa-se uma estratigrafia uniformemente linear, constituída, no essencial, por duas camadas:

1 – A primeira, superficial, é constituída por solo humoso, vegetal de cor escura, com espessura variável, que raramente atinge os 40 cm. A granulometria é irregular, pois integra frequentemente restos dos aparelhos

---

(7) O Instituto Português do Património Cultural procedeu ao enquadramento financeiro dos trabalhos, tendo o apoio logístico sido fornecido pela Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, e pela Junta de Freguesia de Oledo.

Alguns apoios pontuais permitiram uma melhor rentabilização dos recursos disponíveis, dos quais destacamos os cedidos pelos Gabinete de Apoio Técnico (G.A.T.) de Castelo Branco.

(8) A descrição pormenorizada do processo metodológico foi tratada nos respectivos *Relatórios de Escavação* referentes aos anos de 1988 e 1989, em arquivo no Departamento de Arqueologia do I.P.P.C.

(9) Veio mais tarde a confirmar-se que, conforme supnhamos, algumas oliveiras se implantaram em áreas – chave para uma correcta apreciação e compreensão da estrutura, pelo que, para um correcto prosseguimento do trabalho, terá de ser encontrar uma forma de ultrapassar o compromisso assumido.

de construção e materiais arqueológicos diversos, predominantemente cerâmicos, invariavelmente erudidos, que se deslocaram por arrastamento, do estrato inferior;

2 – Corresponde ao nível arqueológico que contém os registos propriamente ditos. É anunciado por uma forte mudança de coloração, que se apresenta num tom castanho claro, associado à mudança de textura do terreno, que se apresenta mais compactado, granuloso e com abundantes cristais de ortóclases e de micas, provenientes da desagregação dos blocos graníticos talhados para a construção. É formado por um derrube compacto, muito denso e imbricado, composto essencialmente por blocos, aparelhados uns, outros em bruto, provenientes da derrubada das paredes do edifício. Sob estes, dispõem-se de forma regular, e praticamente em toda a área escavada, os elementos cerâmicos da primitiva cobertura do telhado (*tegulae e imbricis*).

A espessura média desta camada é variável, oscilando entre os 30 e os 50 cm. Apesar de integrar elementos diversificados, reporta-se sem dúvida ao momento do derrube do edifício, pelo que a tomámos como um todo, dada a sua grande regularidade.

Necessariamente, esta apoia-se sobre as estruturas pavimentares existentes. No sentido de proceder a uma amostragem global da estratigrafia dos Barros, procedeu-se ao registo de todo o perfil transversal da estação, tomado no eixo Este/Oeste (Fig. 6).

No entanto, algumas particularidades foram registadas, sobretudo em áreas de estruturas mais complexas: no quadrado O-9, correspondente à zona do “*prae-furnium*” (Fig. 4), assinalámos:

1-A – uma bolsa de terras argilosas, progressivamente mais compactas no sentido da profundidade, que se sobrepõe à camada 2.

No quadrado M-8, onde se escavou uma cova aberta no saibro, assinalámos igualmente uma estratigrafia diferenciada (Fig. 5):

- 3 — terra de cor amarela, muito arenosa, com alguns fragmentos cerâmicos;
- 4 — barro vermelho, sem materiais;
- 5 — cinzas, com abundância de carvões;
- 6 — saibro argiloso, proveniente da decomposição da rocha-base.

No sector B, os quadrados abertos no sentido de delimitar a área de implantação das estruturas, foram consideradas, arqueologicamente, estéreis, registando-se uma potência de solos não superior a 20 cm., assente directamente sobre o soco granítico. A inclinação do terreno, o revestimento vegetal e os trabalhos agrícolas, são os agentes determinantes da forte acção erosiva dos solos, nestes locais.

## ESTRUTURAS

Os trabalhos iniciaram-se pela desobstrução e limpeza do *hypocaustum*, anteriormente posto a descoberto e de novo entulhado pelo proprietário, como medida de protecção. Sucessivamente, foram-se reconhecendo os diferentes elementos desta construção, definindo-se o *prae-furnium* (Est. 4.2), e o muro exterior, de protecção.

Do *hypocaustum* propriamente dito, restavam os elementos da *suspensura*, constituída originalmente por cinco arcos, e que ainda se encontravam intactos no acto da descoberta. O pavimento de apoio da *suspensura* está revestida por *laterae*, de grandes dimensões (Est. 4.1). As caixas de circulação do ar aquecido, em tijolo, estão bem evidentes nas paredes Nascente e Poente, sendo natural que destas partissem os *tubulli*, que foram encontrados na fase de remoção dos entulhos.

Verificou-se que o *hypocaustum* constituía o sistema de aquecimento pavimentar de parte de uma sala, de planta em T (Fig. 2). A área não directamente assente sobre o *hypocaustum*, correspondendo aos quadrados N/M-9, era revestida a mosaico polícromo; quatro colunas, das quais restam as respectivas bases em mármore branco, rematavam os ângulos internos das paredes. No espaço intercolúnio, foi inscrito um medalhão circular, agora apenas reconhecível pela respectiva moldura, dado o profundo grau de degradação do mosaico.



Paralelamente a esta sala aquecida, foi posto a descoberto um corredor, longo e estreito, nos quadrados N/M-8, que constituiu uma das zonas de ligação ao exterior do edifício. Para Poente, uma pequena sala, apresenta a particularidade de não evidenciar qualquer soleira, ou abertura no alicerce da parede, que indique o respectivo espaço de acesso. Nesta sala, a escavação permitiu reconhecer uma estrutura organizada com cantarias, que delimitavam uma cova aberta no saibro, com forte concentração de cinzas e de carvões (Fig. 5).

Em H-7/8, um pequeno corredor condiciona o acesso a uma sala, de planta quadrangular, pavimentada a mosaico, emoldurado por “roda-pé” em tesselas cerâmicas, com 3 cm. de lado. Tendo em vista uma mais correcta acção sobre os mosaicos, que passa por técnicas de limpeza adequadas e levantamento dos painéis por técnicas apropriadas, devido ao facto de se registarem alterações químicas nas tesselas de calcário provocadas pela acidez dos solos, não se procedeu ao levantamento da fina camada de derrube que os cobre. Este procedimento foi seguido em todas as salas onde se reconheceu a existência deste tipo de pavimento<sup>(10)</sup>.

O citado corredor apresentava-se obstruído por um muro organizado com silhares, elementos de mós e pedras não aparelhadas. Em H-8, e abrindo para este corredor, constatámos a existência de dois degraus, revestidos a mármore branco, que ligavam a uma ala de cabeceira absidiada na sua face interior. Também neste local tinham sido feitos “trabalhos” agrícolas, que rasgaram parte da parede da ábside, o que veio permitir observar no corte existente, a sobreposição de três níveis de pavimentos em mosaico.

Em paralelo foram efectuadas acções de delimitação do sítio arqueológico, onde não foram detectadas quaisquer tipos de estruturas, que, de alguma forma, prolongassem as existentes no “núcleo central”. Foram abertos os quadrados A-5; Q-20; U-1, que se revelaram arqueologicamente estéreis, conforme se referiu anteriormente. No entanto, em A-15, confirmou-se a existência de uma vala aberta no saibro, de contornos irregulares, onde se concentravam cinzas e carvões, associadas a escórias metálicas (Fig. 3). Cria-se uma aparente desconexão entre A-15 e as restantes estruturas escavadas, embora indiciem o prolongamento da estação neste sentido, com descontinuidades na área construída, provavelmente devido à criação de espaços funcionais diversificados<sup>(11)</sup>.

Face aos resultados obtidos nas sondagens periféricas, trabalhou-se no sentido de melhor definir o Sector A, ampliando-se a escavação para Nascente, Norte e Poente<sup>(12)</sup>, o que veio a permitir reconhecer um amplo espaço central, provavelmente um pátio interior, ladeado por duas alas, rematadas por ábsides nas cabeceiras. Para o exterior, abre-se por largo portão, assente em soleira granítica com 2,30 metros de comprimento, emoldurado exteriormente por muretes e contrafortes.

Em posição frontal à “porta” principal, situado no extremo oposto, constata-se a existência de uma sala de grandes dimensões, de planta rectangular terminando em ábside com vão de 5,8 metros, assente sobre *suspensura*, correspondendo aos quadrados H e I/5-6. Esta construção visou vencer o desnível acentuado do terreno (Fig. 2), sendo constituída por seis muretes paralelos, onde se inscrevia a arcaria, com três vãos. Excepcionalmente, um deles resistiu intacto, tendo, por isso, sido objecto de medidas especiais de protecção no final dos trabalhos (Est. 1.2 e 3.2). Esta grande sala, pelas suas dimensões e posição de destaque, deverá ter correspondido ao *triclinium* do edifício. Duas divisões menores, de planta quadrangular, dispõem-se lateralmente, abrindo directamente para uma área de serviços comum.

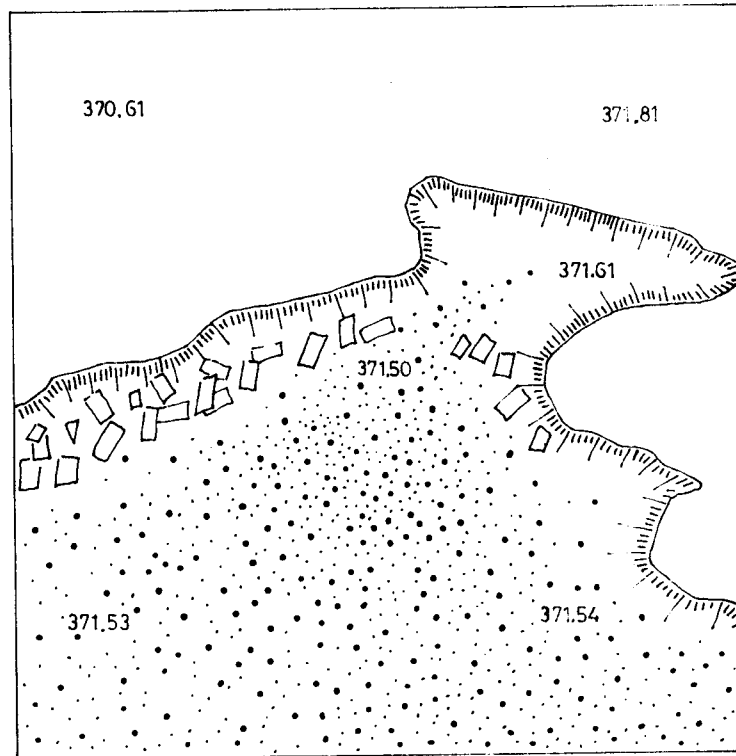
A ala Norte do edifício, com 25 metros de comprimento, abria-se para quatro salas quadrangulares, as *cubicula*, dispostas regularmente ao longo da ala, ainda com as pequenas soleiras “in situ”. Estas salas foram objecto de posterior aproveitamento, tendo sido instaladas, em duas delas, estruturas de lareira em tijoleira, numa acção de reaproveitamento de materiais<sup>(13)</sup>. Em H-11, que constitui uma das salas descritas, verificou-se a existência de uma mancha compacta de cal, que ocupava aproximadamente, a metade norte do compartimento

<sup>(10)</sup> A senhora dra. Adília Alarcão, directora do Museu Monográfico de Conimbriga, visitou o local na companhia do dr. Belezza Moreira, director do S.R.A.Z.C., tendo esta questão sido alvo de debate; acordou-se na hipótese de integrar uma equipa especializada nestes trabalhos, proveniente de Conimbriga, durante a próxima campanha de escavação.

<sup>(11)</sup> O projecto da futura intervenção contempla a proposta para o esclarecimento desta situação.

<sup>(12)</sup> A progressão para Nascente é dificultada pela existência de um muro largo, que serve de divisória entre propriedades, e que está reforçado por carvalhos de grande porte.

<sup>(13)</sup> Ver quadrados G-8 e H-9/10/11.



Barros - 88  
A - 15






-  Rocha-base , arenito
-  Cinzas e carvões
-  Telhas

Fig. 3 — Planta da sondagem periférica, feita no quadrado A-15.

(Est. 3.1), delimitada por uma fiada de tijoleiras<sup>(14)</sup>, dispostas verticalmente, com provável intuito de armazenamento.

Contíguo à parede que delimita os *cubicula*, para Norte, foi detectada a existência de dois blocos graníticos, de secção circular. A escavação de G-10/11, revelou a existência de um lagar, com dois pesos, um deles “in situ”, encaixado entre muretes, e o segundo tombado, colocado junto da parede oposta. Uma cavidade central, de forma circular, emoldurada por silharia granítica, constituía a estrutura mais relevante.

Um corredor estreito, que conduz a dois pequenos compartimentos, um dos quais revestido internamente a tijolo, parece fazer parte do conjunto, desempenhando funções de armazenagem<sup>(15)</sup>.

Em termos gerais, no que respeita à construção do edifício, podemos acrescentar que o aparelho utilizado na elevação das paredes é, invariavelmente, a “pedra-seca”, formado por blocos de dimensões consideráveis, dispostos à face, deixando a parte interna do muro preenchido com pedras e seixos de calibre variado. Para disfarçar as irregularidades das paredes, foram internamente revestidas a estuque, tendo sido recolhidos fragmentos com vestígios de utilização de corantes aplicados “a fresco”, onde sobressaem o vermelho pompeiano e o negro<sup>(16)</sup>.

Os pavimentos, variam consoante a importância atribuída às diferentes áreas de construção, sendo o mosaico utilizado nas duas alas absidiadas, no *triclinium*, nas duas salas laterais, nas quatro *cubicula*, e na sala com aquecimento pavimentar (N-0/9). Todas as restantes divisões não revelam a existência deste aparelho de construção, sendo o espaço pavimentar resultante do afagamento da rocha-base.

## MATERIAIS ARQUEOLÓGICOS

Em resultado do desgaste prolongado do edifício, o espólio é pouco variado e pobre, no sentido de um aproveitamento museológico dos materiais. Quantitativamente, dominam os fragmentos de cerâmica comum, de que não existe uma única peça intacta, e os pregos em ferro, que pelo seu grande número, deveriam ter sido utilizados na fixação dos caibros do telhado.

Alguns elementos de mó, dois deles completos e os restantes fragmentados, bem assim como uma base de coluna, em mármore branco, constituem os materiais líticos a destacar<sup>(17)</sup>.

Os materiais osteológicos são raros, e correspondem a restos de cozinha, resultantes de refeições confeccionadas em áreas anteriormente prestigiadas, na fase de decadência do edifício. É o caso do achado de uma haste e de alguns ossos longos de cervídeo, associados a uma mancha de carvões, junto da parede externa do *triclinium*.

Três asas de sítula, em bronze, uma armela de tipologia tardia (Fig. 9), bem assim como duas pontas de dardo e alguns instrumentos em ferro, com destaque para duas facas e três escopros, completam o conjunto de materiais metálicos.

Passíveis de nos fornecerem elementos mais concretos sobre a cronologia das ruínas, destacam-se oito moedas em bronze, sendo duas do século I, de Augusto e Cláudio, quatro dos finais do século III, de Cláudio II, e as restantes dos finais do século IV, de Constâncio II e de Valentiniano II<sup>(18)</sup>.

Também os fragmentos de vidro terão correspondido, nas formas identificáveis, a taças de cor verde e bordo tubular, de cronologia igualmente tardia.

<sup>(14)</sup> Tijoleiras cujas dimensões apreciáveis (80x60), parecem indicar um reaproveitamento de uma estrutura desmontada.

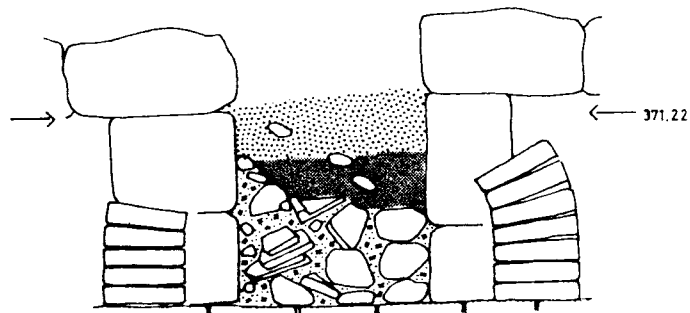
<sup>(15)</sup> A escavação do lagar não ficou concluída devido à existência de uma oliveira de grandes proporções, facto que não permitiu esclarecer completamente este espaço, e logicamente inferior sobre as suas relações com as divisões mencionadas, que, pela forma e dimensões, se assemelham a “tulhas”.

<sup>(16)</sup> Os estuques em melhor estado de conservação correspondem aos exumados no quadrado G-8.

<sup>(17)</sup> Os materiais arqueológicos da campanha de 1988, foram desenhados no S.R.A.Z.C. por Fernanda Neves; aguarda-se oportunidade e verba para dar início ao desenho dos materiais recolhidos durante a segunda campanha.

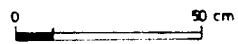
<sup>(18)</sup> Agradecemos ao dr. António Faria, do Departamento de Arqueologia do I.P.P.C. a catalogação das moedas.





BARROS · 88

CORTE ESTRATIGRÁFICO DO "PRAEFURNIUM"



Terra barrenta clara



Terra barrenta compactada

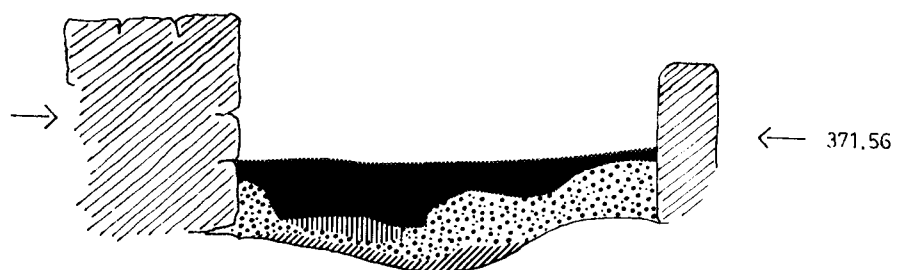


Derrube: cerâmicas, pedras, areia e terra de Infiltração



Pavimento de "laterae"

Fig. 4 — Corte estratigráfico do "prae-furnium".



M-8 / Sul  
Barros · 88

0 50 cm





-  Terra com areia e fragmentos cerâmicos
-  Barro avermelhado
-  Cinzas
-  Barro (decomposição da rocha-base)

Fig. 5 — Corte estratigráfico de estrutura de lareira, em M-8 (perfil Sul).

As sigillatas, também muito fragmentadas, não são abundantes. Especial destaque merece o achado de um fragmento de sigillata itálica, com marca “in planta pedis” (OXÉ-CONFORT, 68; 981-982), cujo fabrico remonta ao século I (Fig. 8). As restantes são, essencialmente, hispânicas tardias e norte-africanas, com predominância para as Clara C.

Os materiais alto-imperiais foram encontrados numa área localizada no exterior da habitação, que constituía um pequeno depósito de restos cerâmicos, bem como abundantes vestígios de cinzas e de carvões, situado junto da parede exterior ao *praefurnium*, no quadrado O-7, e que acusava remechimentos recentes.

Por último, resta-nos referir o achado de um fragmento de tijolo, de forma trapezoidal, com desenho inciso na pasta fresca, na aparência conotado com a iconografia cristã (Fig. 10). Trata-se da representação de um peixe, dominando sobre uma forma circular, obtida provavelmente por moldagem do fundo de uma pátera (LECLERQ – CABROL, 1939; T. XIV, 1246). Foi encontrado no “pátio”, junto de dois nichos existentes na parede lateral Norte; poderá eventualmente, ter sido colocado em local de destaque, atestando assim a cristianização dos proprietários da *domus*, o que ajudará a explicar a completa ausência de qualquer inscrição votiva<sup>(19)</sup>.

## CONCLUSÃO

O “Cabeço dos Mouros” foi um sítio romanizado desde muito cedo. Fazendo fé na moeda de Augusto, a cronologia da sua ocupação segue, de muito perto, a da fundação da Egitânia. No entanto, os vestígios de edifícios claramente definidos como deste período, estão por detectar.

O que o trabalho realizado permitiu constatar foi a existência de uma *villa rustica* tardia, confirmada tanto pela existência de mosaicos policromos, aparentemente de boa fábrica, com tesselas em materiais diversos, incluindo o vidro (ALARCÃO, 1990:421), assim como por todo um conjunto de materiais de importação, sobretudo os aplicados como elementos de construção: os mármore brancos, certamente com proveniência na zona de Estremoz – Vila Viçosa.

Trata-se de um edifício enquadrável na corrente vulgarizada no Baixo Império, que caracteriza a arquitectura civil dos séculos III-IV: a utilização de estruturas absidiais com acentuada frequência; o uso de planta basilical.

Em planta, a *villa* dos Barros segue de perto as *villae* de peristilo, no que respeita aos princípios de axialidade e simetria (FERNANDEZ CASTRO, 1982:182). Se estes princípios são indiscutíveis nos Barros, já a questão do peristilo nos parece mais problemática, dado não ter sido detectado qualquer elemento, quer arquitectónico, quer de embasamento, que aponte para a existência de um pórtico. Estaremos perante uma resposta arquitectónica às condições climáticas da região, onde, devido às acentuadas amplitudes térmicas, o peristilo perdeu a sua função de espaço aberto, cedendo lugar a um pátio interior? Assim sendo, teria igualmente explicação a sala com aquecimento de N-0/9, que não possui nenhum elemento que nos permita considerá-la como edifício de termas (não se detectaram as canalizações, ou qualquer estrutura que pudesse ter correspondido a um tanque), não passando assim de uma sala com aquecimento pavimentar e parietal, muito simplesmente.

A parte escavada, na sua grande maioria corresponde à *pars urbana*, certamente construída segundo um plano bem organizado, obedecendo a um perfeito geometrismo na compartimentação dos espaços interiores. É provável que tenha sido construído segundo um modelo arquitectónico pré-gizado, embora não tenhamos tido qualquer referência de edifícios rurais de planta idêntica. A própria topografia do terreno abrigou a soluções variadas, tanto pela construção de degraus, nas zonas de desnível menos acentuado, como na elaboração de uma complexa *suspensura*, de dimensões apreciáveis, no caso de desníveis vincados.

A *pars urbana* organiza-se em torno deste espaço rectangular amplo, que designámos por “pátio interior”, em três filas de dependências, distintas quanto às funções e dimensões. Realce particular para o

(19) Como elemento de comparação, consultar:  
Bosisio, A. 1982 — *Os romanos*, Lisboa, 82.

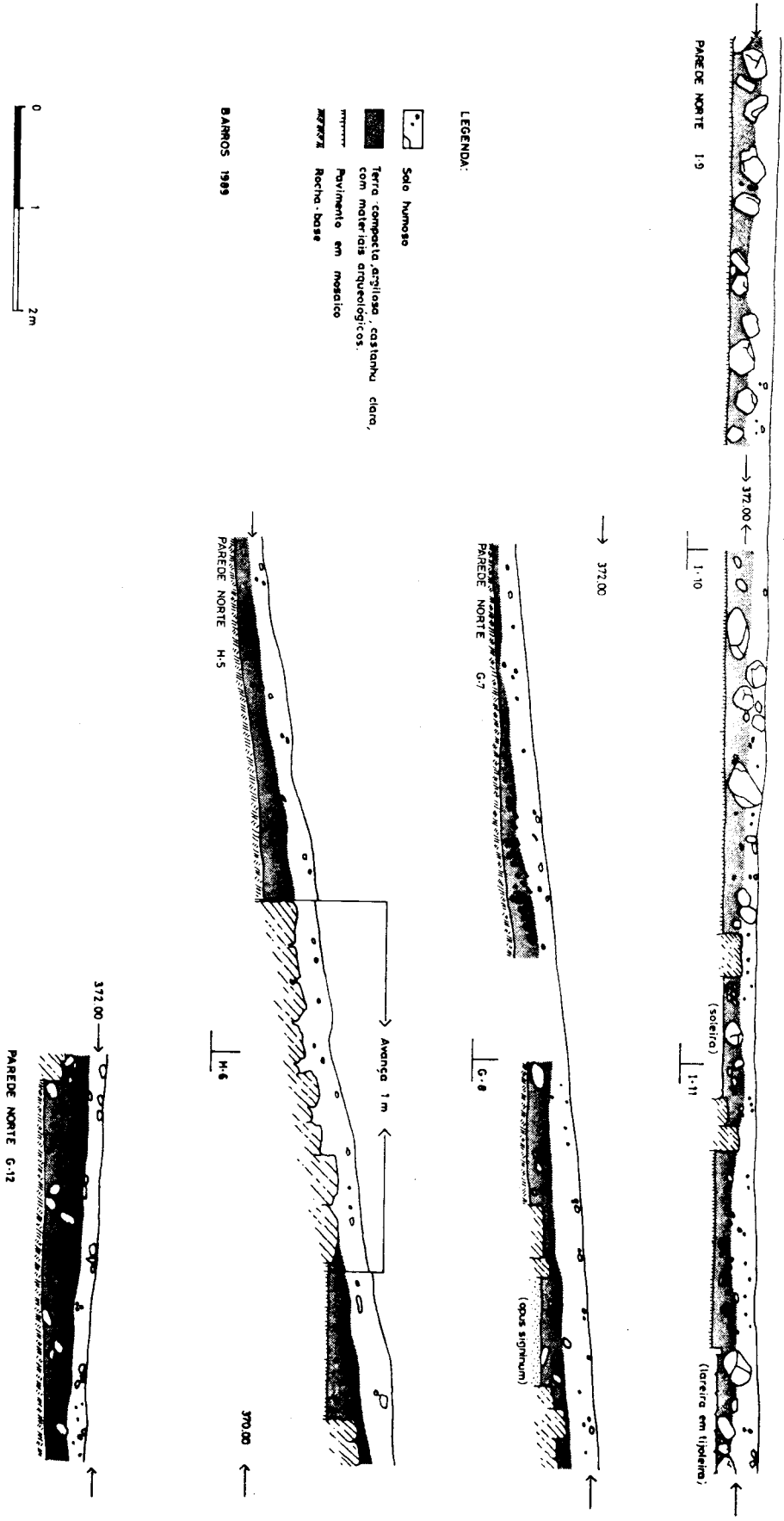


Fig. 6 — Estratigrafia geral da estação, observada na parede Norte dos quadrados H-5/6; G-7/8; I-9/10/11; G-12.

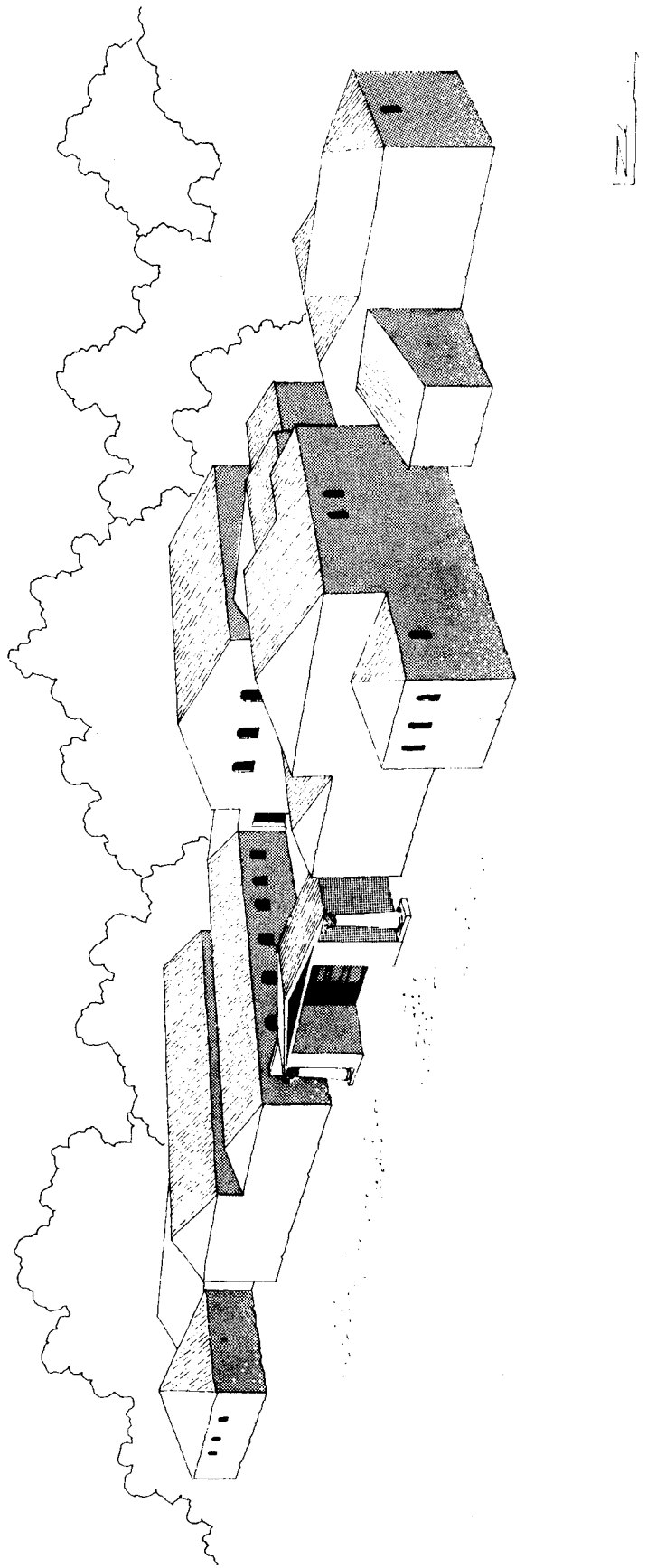


Fig. 7 — Reconstituição provável da estrutura habitacional escavada.

tratamento dado ao *triclinium*, que, além de ocupar a posição central, ainda evidencia uma reversão volumétrica para o exterior do bloco quadrangular do edifício, sublinhando e acentuando o seu carácter como espaço de prestígio. É admissível que tenha existido um segundo piso, para ampliação da área habitável.

As características tipológicas da habitação, aliadas à cronologia dos materiais exumados, permite-nos apontar a sua fundação para finais do século III, tendo o seu período de apogeu no século IV, como aliás é comum nas *villae* hispano-romanas (GORGES, 1979:55). Alguns trabalhos de manutenção do edifício, como os verificados no restauro dos mosaicos, em nada alterou a sua traça inicial.

Com a descoberta do “lagar”, teve início a escavação da *pars rustica* da *villa*, que aparentemente, se integra no mesmo conjunto arquitectónico. A intervenção da campanha de 1989, não permitiu dar continuidade aos trabalhos neste sector.

Finalmente, a escavação permitiu também recolher dados sobre o abandono e ruína do edifício, que sucederam em épocas distintas. O seu abandono deve ter tido lugar no século V, permanecendo a construção com algumas condições de habitabilidade. A prová-lo, está a existência de estruturas de lareira sobre os antigos pavimentos de mosaico, os restos de cozinha em áreas outrora prestigiadas, o entaipamento de corredores com materiais saídos do próprio edifício.

A ruína ter-se-á dado mais tarde, de forma gradual: para o confirmar, a estratigrafia mostra-nos, invariavelmente, o nível do telhado assente de forma regular e contínua, directamente sobre os pavimentos, e sobre este, então, a derrocada das paredes. É provável que este facto se tenha verificado no século VI, tendo o edifício servido até então como abrigo casual a populações em trânsito, ou a sectores de população rural que o ocupavam esporadicamente, sem nela se radicarem.

Por último, resta-nos enquadrar a *villa* dos Barros num horizonte mais vasto, e inscrevê-la no tecido de relações e interações que, inevitavelmente, tinham lugar na área geográfica onde se inseria.

Integrada na circunscrição administrativa de Egitânea, existem já diversos vestígios que podem ser considerados como *villae*. Os que melhor se conhecem são as ruínas de S. Lourenço, na freguesia de Monsanto, escavadas nas áreas das termas e de necrópole (F. ALMEIDA; O. V. FERREIRA, 1956:407-425); a Várzea, na freguesia de Idanha-a-Nova, de que D. Fernando de Almeida publicou um desenho de mosaico (FERNANDO DE ALMEIDA, 1975:219); e o caso vertente dos Barros.

Em qualquer dos casos referidos, os materiais e estruturas conhecidos apontam no sentido do seu desenvolvimento se ter processado em épocas tardias. A arquitectura destes estabelecimentos parece ser cuidada e rica, demonstrando o poderio económico dos seus proprietários.

Não podemos deixar de relacionar estes factos com a *civitas* e com o que dela se conhece. Durante a obra de saneamento básico, em Idanha-a-Velha, que acompanhámos durante seis meses, não se detectaram quaisquer tipos de estruturas, à excepção do pano de muralha, que se estende sob o actual arco da “Porta Sul”.

A estratigrafia reconhecida também não forneceu informações concludentes sobre qualquer nível de ocupação. Os materiais recolhidos foram escassos, contando-se por duas dezenas de fragmentos de cerâmicas e vidros de épocas diversas, e apresentando pouca fiabilidade quanto às condições de contexto.

Uma vez que a fundação da *civitas* se atribui a Augusto, e as estruturas romanas conhecidas são do século I, a ausência de estruturas habitacionais claramente reconhecidas como tal, poderá levar a pensar que nunca houve um efectivo desenvolvimento urbano. A *civitas* poderia, deste modo, cumprir, pelo seu conjunto arquitectónico essencial — o *Forum* e o *Templo* — as funções básicas da administração local, e o exercício das funções jurídico-religiosas. Seriam os edifícios públicos os únicos a serem construídos segundo normas arquitectónicas vincadamente urbanas, não tendo a arquitectura doméstica acompanhado esse programa de construção, uma vez que dela não se detectam quaisquer vestígios.

Esta lacuna poderá suscitar a hipótese de a população ter optado por formas de fixação em zonas rurais periféricas. Aliás, já Patrício Curado tinha suscitado esta questão ao interrogar-se sobre se o desenvolvimento da *villae* nesta região, não terá sido factor de atrofiamiento da vida urbana, logo a partir dos inícios do século II (CURADO, F.; BENTO, P., 1987).

O que se conhece das *villae*, dos seus planos arquitectónicos, da qualidade dos seus materiais, e em particular, o contributo dado pela escavação dos Barros, parece vir confirmar esta ideia, que apresentamos como

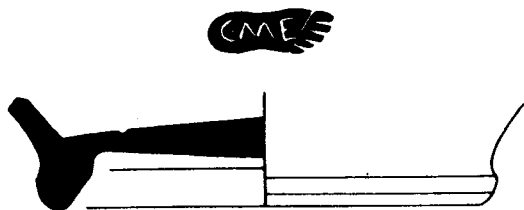


Fig. 8 — Fragmento de T. Sigillata itálica, com marca “in plancta pedis”.

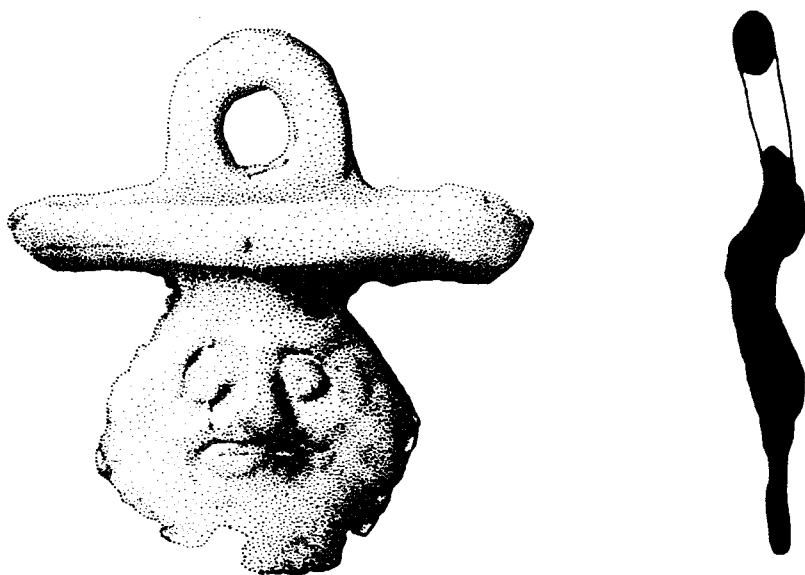


Fig. 9 — Armela de sítula, em bronze.

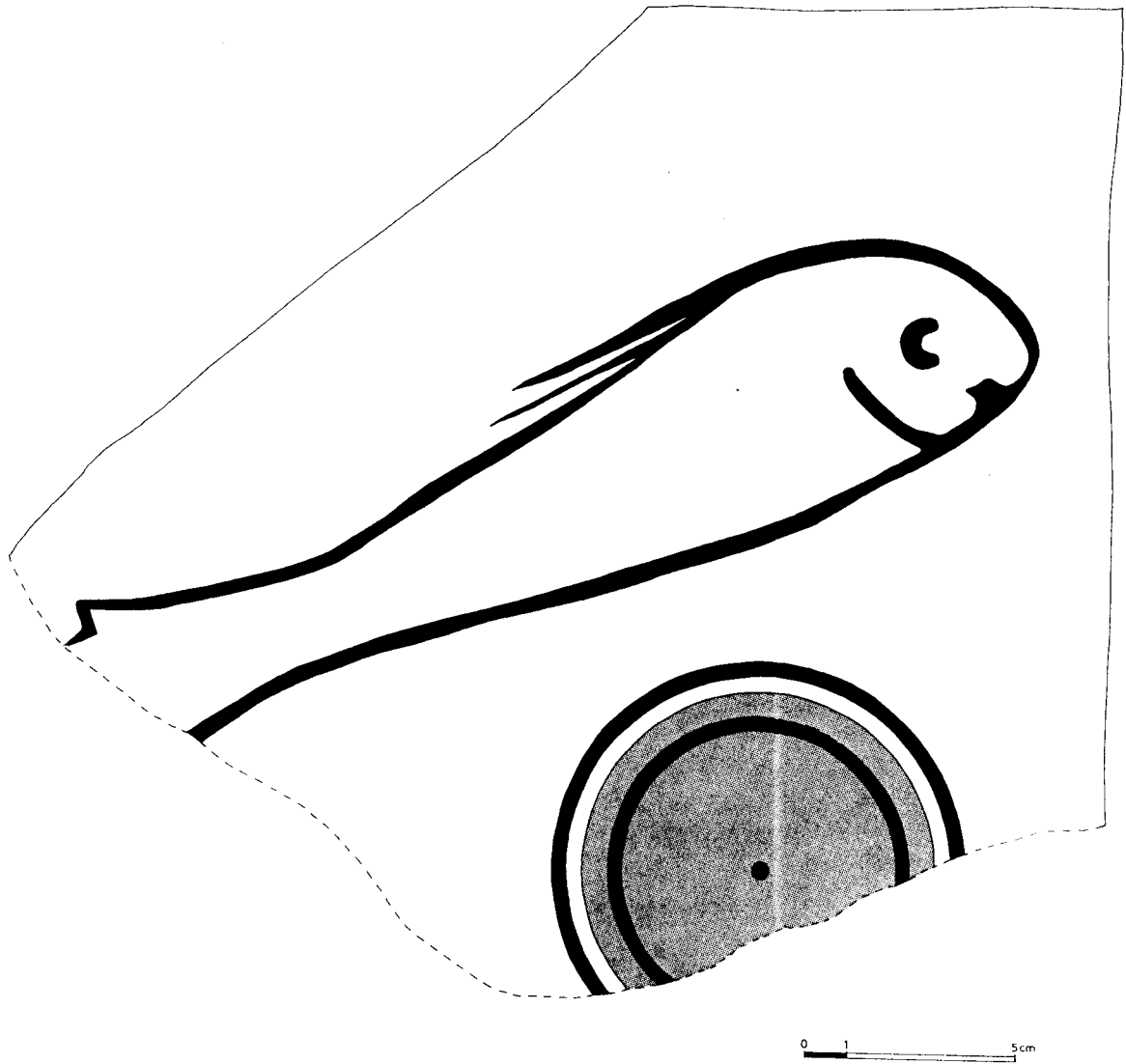


Fig. 10 — Fragmento de “laterae”, com peixe e pátera, incisos na pasta fresca.



hipótese de trabalho, tendo em vista uma melhor compreensão e conhecimento da romanização desta área da Beira Interior<sup>(20)</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

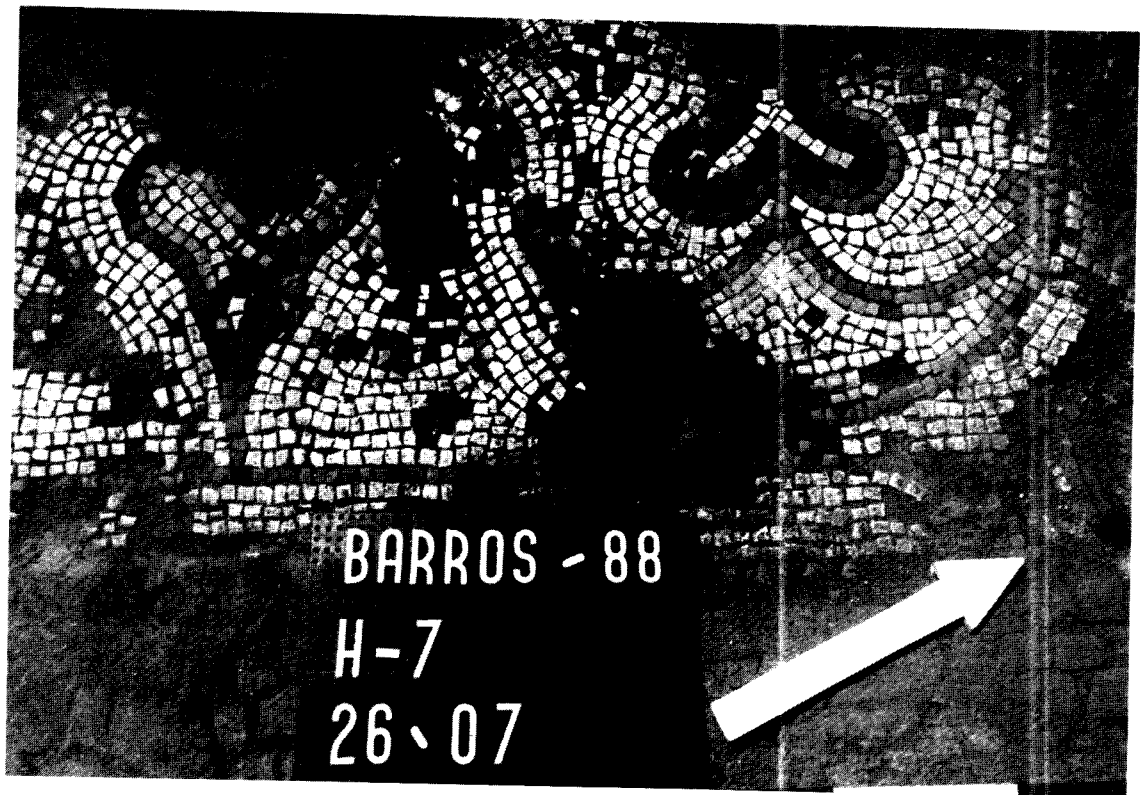
- ALARCÃO, Jorge (1988-a) – *O domínio romano em Portugal*, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge (1988-b) – *Roman Portugal*, vol. II, Gazetteer, fasc. 1, Warminster.
- ALARCÃO, Jorge, et alii, (1990) – *Portugal das origens à Romanização*, vol. I, Nova História de Portugal, Lisboa.
- ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert (1975) – *Fouilles de Conimbriga*, vol. IV, Les Sigillées, Paris.
- ALMEIDA, Fernando (1975) – Sur quelques mosaïques du Portugal, in *La mosaïque Greco-Romaine*, II, Paris.
- ALMEIDA, Fernando; FERREIRA, O. V., (1956) – Antiquidades de Monsanto da Beira, *RG LXVI* (3-4).
- CASTRO, M<sup>a</sup> Cruz Fernandez (1982) – *Villas romanas en España*, Madrid.
- COSTA CABRAL, Madalena; CARVALHO, R., – Estação arqueológica dos Barros, *Informação Arqueológica – 1988/89*; Lisboa (a aguardar publicação).
- CURADO, F. Patrício; BENTO, M. Pires – Paisagem e Património Histórico nos termos de Penamacor e Meimosa, *Actas das I<sup>as</sup> Jornadas de História regional e local do distrito de Castelo Branco*, Castelo Branco (no prelo).
- FREIRE, J. Geraldês (1982) – Vestígios arqueológicos em S. Miguel de Acha, *Actas e memórias do I<sup>o</sup> colóquio de arqueologia e história do concelho de Penamacor*, Penamacor.
- GORGES, J. G. (1979) – *Les villes hispano-romaines*, Paris.
- LECLERQ, H. e CABROL, F. (1939) – *Dictionnaire d'archéologie Chrétienne XIV*, Paris.
- OLEIRO, J. Bairrão (1986) – Mosaico Romano, *História da Arte em Portugal*, vol. I, Lisboa.
- OXÉ, A. e COMFORT, H. (1968) – *Corpus Vasorum Arretinorum*, Bonn.

---

<sup>(20)</sup> Os nossos agradecimentos pessoais vão para o dr. José Beleza Moreira, pelas sugestões feitas durante o trabalho de campo, para o dr. José Luis Madeira e José Augusto Dias, pela elaboração de toda a documentação gráfica, e para a dra. Helena Frade e José Carlos Caetano, pelas reflexões que conosco fizeram sobre a problemática que a escavação levantou.

Também para os senhores, presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, sr. Joaquim Morão, e presidente da Junta de Freguesia de Oledo, sr. Artur Mascarenhas, vão os nossos agradecimentos por todo o apoio prestado, que tornou possível a concretização dos trabalhos.

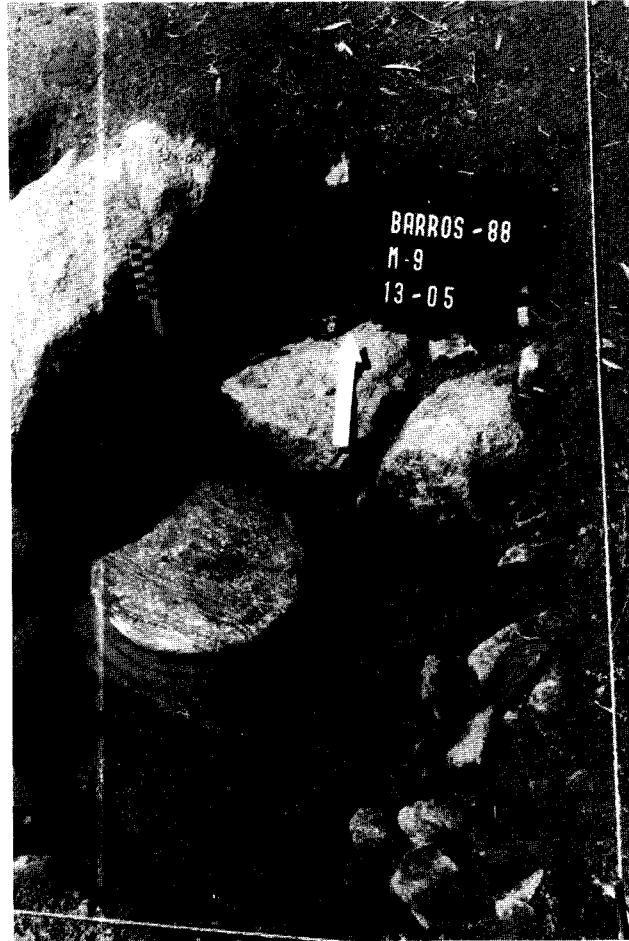
Est. 1



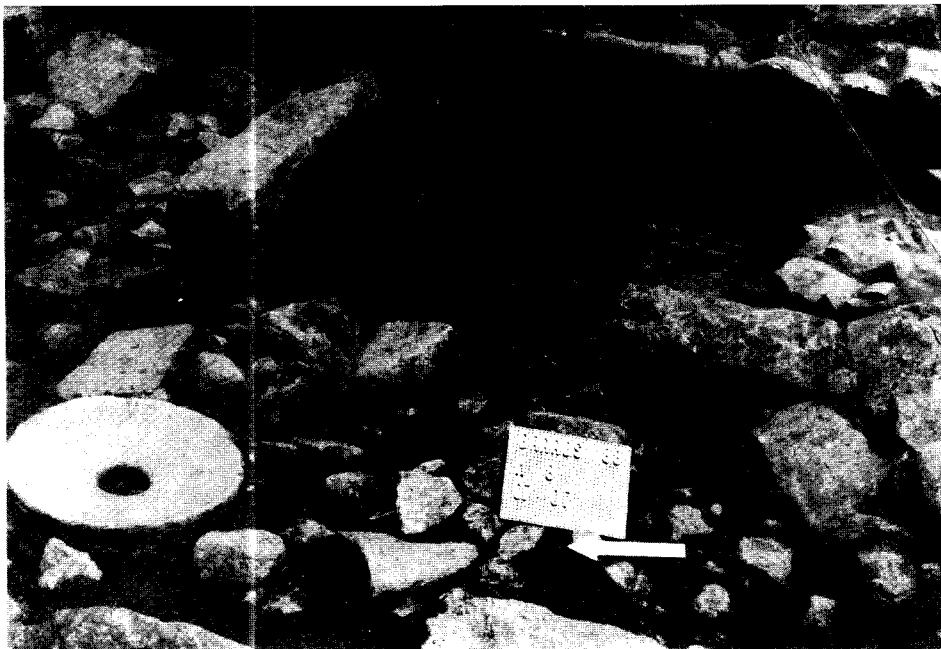
1 — Mosaico polícromo em H-7, em fase de limpeza.



2 — *Suspensura* de suporte do triclinium.



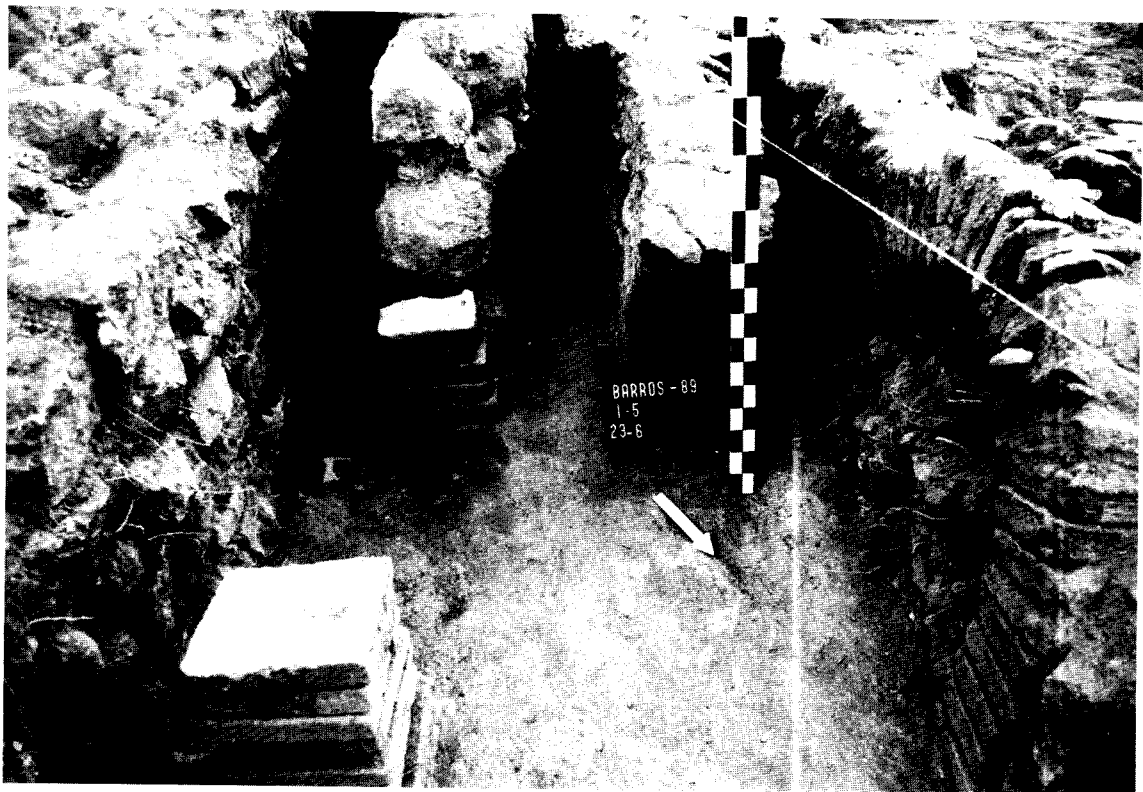
1 — Base de coluna, em mármore, em M-9.



2 — Estrutura de lareira, em M-8.



1 — Sala correspondente ao quadrado H-11, onde se observa uma mancha compacta de cal, ocupando aproximadamente metade da divisão.



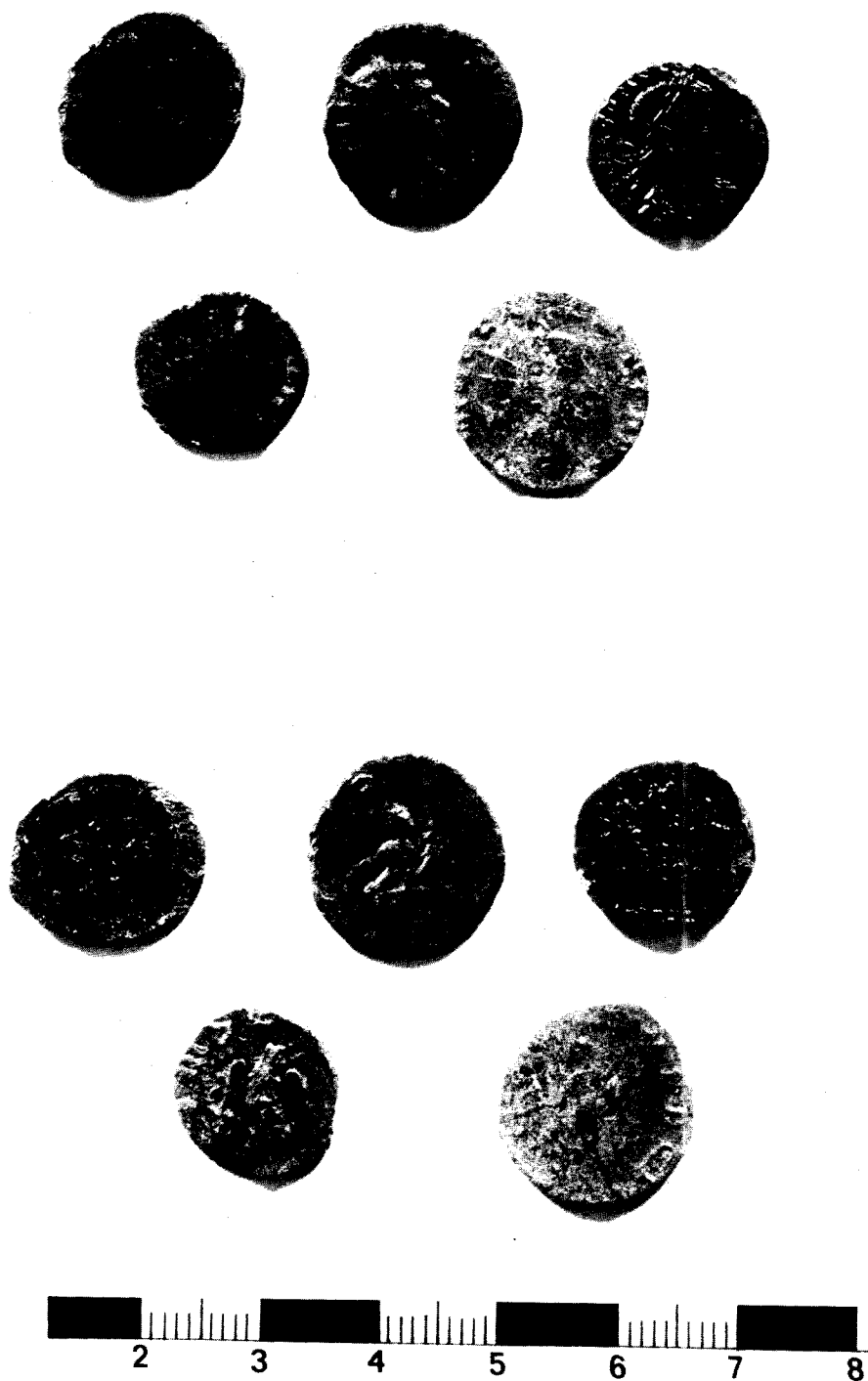
2 — Pormenor da *suspensura*, no quadrado I-5, com o único arco que resistiu intacto.



1 — Aspecto da *suspensura* do *hipocaustum*, em O-9.



2 — Pormenor do corte estratigráfico do *praefurnium*, observado do interior do *hipocaustum*.



1/2 — Anverso e reverso de cinco moedas em bronze.